

Número do Acórdão:

ACÓRDÃO 3390/2010 - PLENÁRIO

Relator:

AUGUSTO NARDES

Processo:

014.906/2007-2

Tipo de processo:

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO (RL)

Data da sessão:

08/12/2010

Número da ata:

49/2010

Interessado / Responsável / Recorrente:

3. Recorrentes: Petróleo Brasileiro S.A., Consórcio Amazonas Gás (08.106.838/0001-76), Consórcio Gasoduto Amazônia (08.009.042/0001-03) e Ricardo Salomão (258.412.547-15).

Entidade:

Transportadora Associada de Gás S. A. - TAG e Petróleo Brasileiro S.A..

Representante do Ministério Público:

não atuou.

Unidade Técnica:

não atuou.

Representante Legal:

Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Marcos Pinto Correia Gomes (OAB/RJ 81.078), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136), Eduardo Luiz de Medeiros Frias (OAB/RJ 115.759), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596), Janaína Marreiros Guerra Dantas (OAB/DF 23.393), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821), Rogério Agueda (OAB/RJ 54.673), Lara Regina Miranda (OAB/RJ 114.530), Isabela Tânia Patrício Lacerda (OAB/ES 12.852), Lenita Alvarez da Silva Teixeira (OAB/ES 6.312), Dayenne Negrelli Vieira (OAB/ES 7.840), Livia Dias de Azevedo (OAB/RJ 148.886), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Cassiano Pereira Viana (OAB/DF 7978), Hermano de Villermor Amaral (filho) (OAB/RJ nº 3.099 e OAB/SP nº 27.938-A), João Guilherme de Moraes Sauer (OAB/RJ nº 23.644 e

OAB/SP nº 106.884-A), Hermano de Villemor Amaral (neto) (OAB/RJ nº 41.087 e OAB/SP nº 109.098-A), José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti (OAB/RJ nº 60.705 e OAB/SP nº

141.275-A), Luiz Cláudio Kastrup de Oliveira Castro (OAB/RJ nº 65.151 e OAB/SP nº 141.276-A), Márcio Gomes Leal (OAB/RJ nº 84.801 e OAB/SP nº 156.800-A), André Sigelmann (OAB/RJ nº 85.259 e OAB/SP nº 152.962-A), Aurea d'Ávila Mello Rapôso (OAB/RJ nº 88.182 e OAB/SP nº 204.742-A), Henrique Pohl Figueiredo (OAB/DF 7271/E).

Sumário:

LEVANTAMENTO DE AUDITORIA. OBRAS DE implantação de trecho do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES. acórdão com determinação para desconto de valores em faturas. Embargos de Declaração. ausência de manifestação da parte contratada. vício processual. declaração de nulidade dO item da deliberação. determinação para promoção da oitiva das partes. embargos de declaração de outro responsável. ausência de omissão, obscuridade ou contradição. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. REPETIÇÃO PARCIAL DE ARGUMENTOS JÁ APRECIADOS PELO TCU. INTUITO PROTELATÓRIO. rejeição. Os embargos de declaração não se constituem em figura recursal adequada à rediscussão de questões de mérito, já devidamente apreciadas pelo acórdão embargado.

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nessa fase processual, são apreciados embargos de declaração interpostos em face do Acórdão nº 693/2010-Plenário, por meio do qual este Tribunal apreciou o relatório de levantamento de auditoria realizado com vistas a fiscalizar as obras relativas à implantação de trecho do gasoduto Urucu-Coari-Manaus,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287, do Regimento Interno do TCU, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Ricardo Salomão para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287, do Regimento Interno do TCU, conhecer dos embargos de declaração opostos pela Petrobras, Consórcio Amazonas Gás e Consórcio Gasoduto Amazônia para, no mérito, acolhê-los, de modo a tornar insubsistente o subitem 9.7.2 do Acórdão nº 693/2010-Plenário;

9.3. determinar à Secex/AM que:

9.3.1. notifique os Consórcios e empresas que figuram nos polos dos Contratos nº 001/2006, 002/2006 e 003/2006, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, improrrogáveis, contado da ciência, apresentem, caso queiram, manifestação acerca das irregularidades apontadas no relatório de levantamento de auditoria;

9.3.2. após as manifestações de que trata o subitem anterior, promova nova instrução do feito, à luz dos novos elementos que vierem a ser oferecidos facultativamente pelas contratadas;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

Quórum:

- 13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.
- 13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
- 13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Relatório:

Cuidam os autos, originariamente, do Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM (Registro Fiscalis nº 125/2007), com o objetivo de fiscalizar as obras relativas à implantação de trecho do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, no âmbito do Fiscobras 2007.

2. Por meio do Acórdão nº 693/2010, o Plenário do Tribunal deliberou sobre a referida fiscalização, nos termos a seguir transcritos:

"(...)

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do relatório de levantamento de auditoria realizado nas obras constantes do PT 25785104512BB0013 - Implantação de Trecho do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Angélica Gárcia Cobas Laureano, Helio Trindade da Hora, Juarez Vaz Wassersten, Marcos Felipe Domínguez Bocós e Sonia Tereza Terra Figueiredo, em relação às ocorrências constantes dos subitens 7.1 e 7.2 da instrução final de mérito (fls. 315/346); por Gézio Rangel de Andrade (subitens 8.1 e 8.2 da mencionada instrução); por Ítalo Fortes Avena (subitens 9.1 e 9.2, idem); por Celso Luiz Silva Pereira de Souza (subitem 10.1, idem); por Edison Krummenauer (subitem 11.1, idem); por Raimundo Deusdara Filho (subitens 4.2, 4.5 e 4.7, idem); e por Ricardo Salomão em relação às supostas irregularidades constantes dos subitens 6.2, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9 e 6.10 da mencionada instrução;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Neliton Marques da Silva em relação às ocorrências constantes dos subitens 5.1 a 5.4 da instrução final de mérito (fls. 315/346), referentes a:

9.2.1. fracionamento da despesa na aquisição de diversos materiais e serviços, conforme planilhas (anexos 4 ao 15 do relatório), em desconformidade com o estabelecido nos arts. 23 e 24 da Lei 8.666/1993;

9.2.2. não realização de pesquisa de preços para permitir a estimativa da despesa a ser realizada, nos procedimentos de dispensa de licitação, a exemplo dos processos listados no anexo 19, em desacordo com o que determina o art. 15 c/c o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

9.2.3. ausência de projeto básico para a realização de diversos serviços, conforme especificado

9.2.3. ausência de projeto básico para a realização de diversos serviços, conforme especificado em planilha (anexo 16), em desconformidade com o art. 7º da Lei 8.666/1993;

9.2.4. falsificação de documentos em contratações, tendo em vista que os orçamentos apresentam assinaturas diferentes para o mesmo sócio gerente e dois deles declararam nunca terem feito orçamentos para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Raimundo Deusdara Filho para as irregularidades constantes dos subitens 4.1, 4.3, 4.4 e 4.6 da mencionada instrução, relativas a:

9.3.1. ausência, no processo 008/2005 (contrato 004/2005 - Muraki - Eman), de orçamento detalhado dos serviços a serem prestados, o que viola os arts. 6º, inciso IX, alínea "e", e 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.3.2. fracionamento de despesa na aquisição de diversos materiais e serviços, conforme planilhas (anexos 4 a 15 do relatório), em desconformidade com o estabelecido nos arts. 23 e 24 da Lei 8.666/1993;

9.3.3. realização de serviços sem cobertura contratual, no processo 008/2005 (contrato 004/2005 - Muraki - Eman), tendo em vista ter sido verificado que o referido contrato foi assinado em 1/4/2005 e, na mesma data, foi realizado o pagamento da nota fiscal 369 (1/4/2005);

9.3.4. ausência de projeto básico para a realização de diversos serviços, conforme especificado em planilha (anexo 16), em desconformidade com o art. 7º da Lei 8.666/1993;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Ricardo Salomão em relação às irregularidades constantes dos subitens 6.1, 6.3, 6.4 e 6.5 da mencionada instrução, referentes a:

9.4.1. ausência de autorização da Agência Nacional de Petróleo - ANP para a Transportadora Urucu Manaus S. A. - TUM, nos termos da Portaria 206/2004, com vistas à construção do gasoduto;

9.4.2. diferença de valores entre o Demonstrativo de Formação de Preços do Consórcio GASAN e a planilha de medição da obra, para o item mobilização de balsas (R\$ 12.095.333,29);

9.4.3. diferença de valores entre o Demonstrativo de Formação de Preços do Consórcio Amazônia Gás e a planilha de medição da obra, para o item mobilização de balsas (R\$ 24.060.627,14);

9.4.4. diferença de valores entre o Demonstrativo de Formação de Preços do Consórcio Gasoduto Amazônia e a planilha de medição da obra, para o item mobilização de balsas (R\$ 20.662.808,50);

9.5. aplicar aos Srs. Neliton Marques da Silva, Raimundo Deusdara Filho e Ricardo Salomão, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento

Interno/TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. com fulcro nos arts. 43, inciso I, e 45, da Lei 8.443/1992, determinar à Petróleo Brasileiro S/A, na qualidade de gestora do Projeto do Gasoduto Urucu - Coari - Manaus, e à Transportadora Associada de Gás S.A., na qualidade de detentora da autorização da Agência Nacional de Petróleo para construção do gasoduto, nas suas respectivas esferas de atribuição, que:

9.7.1 procedam à celebração de documento que autorize a Transportadora Urucu Manaus S.A - TUM realizar a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus em nome da Transportadora Associada de Gás S.A - TAG;

9.7.2. procedam, por intermédio da Transportadora Urucu Manaus S.A. - TUM, ao desconto, nas próximas faturas dos Consórcios Gasoduto Amazônia, GASAM e Amazonas Gás - CONSAG (contratos 001/2006, 002/2006 e 003/2006), dos valores pagos em excesso em relação aos valores constantes no Demonstrativo de Formação de Preços - DFP para o item mobilização de balsas alojamentos, apresentados pelos consórcios na licitação ou, alternativamente, caso já encerrada a execução financeira dos contratos, tome as medidas administrativas e judiciais cabíveis para assegurar-se do respectivo ressarcimento, inclusive por meio de tomada de contas especial;

9.8. com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar ao 2º Grupamento de Engenharia de Construção/Comando do Exército que, ao elaborar orçamentos de obras, explicita a composição das despesas indiretas por meio de todos os seus itens;

9.9. determinar à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas que, quando da utilização de recursos federais:

9.9.1. elabore, antes da realização de licitações para obras e serviços, projeto básico e orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, nos termos dos arts. 6º, inciso IX, e 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.9.2. exija nas licitações a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social e com o FGTS, inclusive nos casos de licitação na modalidade convite e nos casos de dispensa ou inexigibilidade, nos termos do art. 195, § 3º, da Constituição Federal, e art. 29, inciso IV, da Lei 8.666/1993, e conforme entendimento firmado pelo TCU por meio da Decisão nº 705/1994 - Plenário;

9.9.3. efetue adjudicação por item e não por preço global nas licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações cujo objeto seja divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda de economia de escala, em conformidade com o disposto

no art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 9º da Lei 10.520/2002, e art. 25, § 7º, do Decreto 5.540/2005, bem como na Súmula TCU 247;

9.9.4. abstenha-se de fracionar despesas com vistas a burlar a utilização da correta modalidade licitatória, nos termos do art. 23, §§ 2º e 5º, e art. 24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993;

9.9.5. aperfeiçoe o planejamento e programação de suas futuras licitações, de maneira a evitar a ocorrência de contratações emergenciais embasadas no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

9.9.6. realize, nos procedimentos de dispensa de licitação, pesquisa de preços para permitir estimar a despesa a ser realizada, nos termos dos arts. 3º, 15 e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993;

9.10. encaminhar à Procuradoria Regional da República no estado do Amazonas, bem assim ao Ministério Público Estadual, cópia da documentação constante às folhas 509 a 513, 539 a 543, 549 a 552 e 578 a 582 (Anexo 1, Volume 2) e às folhas 654 a 684 (Anexo 1, Volume 3), bem como da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto, para as providências cabíveis, haja vista a existência de indício de falsificação de assinaturas em orçamentos constantes dos processos de aquisição de serviços com dispensa de licitação promovidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

9.11. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional."

3. Irresignados, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, os Consórcios Amazonas Gás e Gasoduto Amazônia, bem assim o Sr. Ricardo Salomão, opuseram os presentes embargos de declaração (anexos 6, 7, 9 e 11).

4. A empresa estatal e os mencionados consórcios alegaram, em resumo, vício insanável na referida deliberação, tendo em vista o não atendimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa, vez que não foi oportunizada às contratadas, no âmbito da fiscalização e previamente ao acórdão, a oportunidade de manifestação quanto à irregularidade apurada pela unidade técnica do Tribunal.

5. Nesse passo, e considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 3, do Supremo Tribunal Federal, requerem a declaração de nulidade do item 9.7.2 do Acórdão nº 693/2010-Plenário.

6. Quanto ao Sr. Ricardo Salomão, referido responsável alega, em síntese, em sua peça recursal, a existência de omissões na deliberação, visto que não teria sido descrita, de forma clara e precisa, a participação que lhe foi atribuída em relação aos fatos descritos nos itens 6.1, 6.3, 6.4 e 6.5 (do relatório de auditoria), inexistindo, segundo o embargante, descrição de qual fora a conduta culposa ou dolosa especificamente praticada pelo gestor no curso de suas funções.

7. Alega também, adentrando em questão de mérito, que não poderia ser exigido do embargante a previsibilidade acerca de eventuais discrepâncias entre o DFP e a PPU, e que os contratos não foram celebrados pela TAG, mas pela TUM. Ademais, aduz que somente teria

ingressado nos quadros da TAG em 16/5/2007, quando foi nomeado Diretor Superintendente da Companhia, mais de 10 (dez) anos após a assinatura dos contratos inquinados.

8. O Sr. Ricardo Salomão aponta também a existência de obscuridades e contradições na deliberação embargada, requerendo, ao fim, a concessão de efeitos infringentes ao recurso e a exclusão da multa que lhe foi aplicada.

9. A suposta obscuridade residiria no fato de a unidade técnica ter concordado com o gestor quanto a ser desnecessária a emissão de autorização da ANP à TUM, e de não ter sido acolhida, mais adiante, quando do julgamento da fiscalização, as justificativas apresentadas.

10. Na mesma linha, é apontada suposta contradição. O gestor afirma que apesar de restar expresso o entendimento do TCU de que não era necessária a autorização da ANP para a TUM (opinião da instrução da Secex/AM), o extrato final do Acórdão o teria condenado pelo seguinte fato:

"(...)

9.4.1. ausência de autorização da Agência Nacional de Petróleo – ANP para a Transportadora Urucu Manaus S.A. – TUM, nos termos da Portaria 206/2001, com vistas à construção do gasoduto;".

11. O referido gestor alegou uma segunda contradição, nos termos a seguir transcritos:

"(...)

A segunda contradição reside em uma oposição entre o ponto de vista que leva à condenação em relação ao item 6.1 (ausência de autorização da Agência Nacional de Petróleo – ANP para a Transportadora Urucu Manaus S. A. – TUM) e o entendimento firmado para justificar a condenação nos itens 6.3, 6.4 e 6.5 (diferença de valores entre o Demonstrativo de Formação de Preços e a planilha de medição da obra, para o item mobilização de balsas).

Na análise da primeira questão, o tratamento foi de que a TAG e a TUM seriam empresas absolutamente distintas entre si, a ponto de que um protocolo de intenções não seria um instrumento seguro para assegurar direitos e deveres recíprocos. Somente um instrumento de força obrigacional como um contrato poderia criar um vínculo consistente entre elas. Na segunda questão enfrentada, considerou-se, de outra forma, que as empresas estariam tão intimamente relacionadas que os pagamentos de responsabilidade da TUM repercutiriam na responsabilidade do gestor da TAG. Afigura-se, com o devido respeito, inconciliável a manutenção dos dois pontos de vista."

É o Relatório.

Voto:

No tocante à admissibilidade, verifico que os embargos de declaração opostos devem ser conhecidos, eis que preenchidos os requisitos previstos no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU.

2. Quanto ao mérito, rememoro, mais uma vez, que os embargos de declaração são, em regra, recurso integrativo

"(...) que objetivam expungir da decisão embargada, o vício da omissão, entendida como aquela advinda do próprio julgado e prejudicial à compreensão de causa, e não aquela que entenda o embargante, ainda mais como meio transversal a impugnar os fundamentos da decisão recorrida." (STJ, EDcl REsp 351490, DJ 23/09/2002).

3. Na mesma toada a lição de Elpídio Donizetti, **in** Curso Didático de Direito Processual Civil, Del Rey, 6ª Ed., Belo Horizonte, 2005, pág. 319, ao asseverar que

"(...) embargos de declaração podem ser conceituados como o recurso que visa ao esclarecimento ou à integração de uma sentença ou acórdão (...)", destacando, ainda, que *"(...) três são as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração: obscuridade, contradição ou omissão (...)"* (pág. 320).

4. Ao examinar os argumentos oferecidos pela Petrobras e Consórcios Amazonas Gás e Gasoduto Amazônia, entendo que subsiste o vício processual alegado, consistente na ausência do exercício da ampla defesa e do contraditório, como consectários do devido processo legal, previamente à determinação do Tribunal para retenção de valores nos contratos inquinados.

5. Com efeito, irregularidade apurada no âmbito de relações contratuais, da qual resulte possível prejuízo a direito da parte, deve, primeiro, exceto nos casos de adoção de medida cautelares, ser objeto de oitiva prévia dos responsáveis ou das empresas.

6. Para tanto, esta Corte de Contas promove a abertura de prazo aos interessados para manifestação a respeito, caso tenham interesse. Esse é o tratamento usual utilizado por esta Corte quando o que está em discussão são fatos vinculados à relação contratual, estando o entendimento em sintonia com o disposto na Súmula Vinculante nº 3, do Supremo Tribunal Federal, **verbis**:

"Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão."

7. Ocorre que, efetivamente, as referidas empresas - Consórcios Amazonas Gás e Gasoduto Amazônia - não foram chamadas aos autos para, em querendo, se manifestassem quanto às irregularidades motivadoras da proposta de retenção de valores nos contratos tidos como possuidores de irregularidades. Reconhecida a nulidade insanável, pertinente o acolhimento dos declaratórios para tornar insubsistente o subitem 9.7.2. do acórdão embargado.

8. Com referência aos embargos opostos pelo Sr. Ricardo Salomão, entendo que não subsistem as alegadas omissões e contradições, devendo essa Corte de Contas rejeitá-los. Explico.

9. Com efeito, a conduta atribuída ao referido gestor foi corretamente individualizada no curso do processo, especificamente na promoção da audiência do responsável e, por fim, no âmbito da deliberação proferida pelo Tribunal, ocasião em que adotei, acompanhado pelo Plenário da

Corte de Contas, a técnica de motivação **per relationem**, visto que manifestei concordância com a instrução da unidade técnica, incorporando seus fundamentos às razões de decidir.

10. Trata-se de procedimento referendado pelo Supremo Tribunal Federal, como faz prova o excerto do MS 27.350, transcrito a seguir, da relatoria do ilustre Ministro Celso de Mello:

"Acentuo, por necessário, que a presente denegação do pedido de medida cautelar apóia-se no pronunciamento emanado do E. Conselho Nacional de Justiça, incorporadas, a esta decisão, as razões que deram suporte ao acórdão proferido pelo órgão apontado como coator.

Valho-me, para tanto, da técnica da motivação 'per relationem', o que basta para afastar eventual alegação de que este ato decisório apresentar-se-ia destituído de fundamentação.

Não se desconhece, na linha de diversos precedentes que esta Suprema Corte estabeleceu a propósito da motivação por referência ou por remissão (RTJ 173/805-810, 808/809, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 195/183-184, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, v.g.), que se revela legítima, para efeito do que dispõe o art. 93, inciso IX, da Constituição da República, a motivação 'per relationem', desde que os fundamentos existentes 'aliunde', a que se haja explicitamente reportado a decisão questionada, atendam às exigências estabelecidas pela jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

É que a remissão feita pelo magistrado, referindo-se, expressamente, aos fundamentos que deram suporte ao ato impugnado ou a anterior decisão (ou a pareceres do Ministério Público ou, ainda, a informações prestadas por órgão apontado como coator, p. ex.), constitui meio apto a promover a formal incorporação, ao novo ato decisório, da motivação a que este último se reportou como razão de decidir:

'Acórdão. Está fundamentado quando se reporta aos fundamentos do parecer do SubProcurador-Geral, adotando-os; e, assim, não é nulo.'

(RE 37.879/MG, Rel. Min. LUIZ GALLOTTI - grifei)

'Nulidade de acórdão.

Não existe, por falta de fundamentação, se ele se reportou ao parecer do Procurador-Geral do Estado, adotando-lhe os fundamentos.'

(RE 49.074/MA, Rel. Min. LUIZ GALLOTTI - grifei)

"Habeas corpus'. Fundamentação da decisão condenatória. Não há ausência de fundamentação, quando, ao dar provimento à apelação interposta contra a sentença absolutória, a maioria da Turma julgadora acompanha o voto divergente, que, para condenar o réu, se reporta expressamente ao parecer da Procuradoria-Geral da Justiça, onde, em síntese, estão expostos os

motivos pelos quais esta opina pelo provimento do recurso. 'Habeas corpus' indeferido.'

(HC 54.513/DF, Rel. Min. MOREIRA ALVES - grifei)

'- O Supremo Tribunal Federal tem salientado, em seu magistério jurisprudencial, a propósito da motivação 'per relationem', que incorre ausência de fundamentação, quando o ato decisório – o acórdão, inclusive – reporta-se, expressamente, a manifestações ou a peças processuais outras, mesmo as produzidas pelo Ministério Público, desde que nestas se achem expostos os motivos, de fato ou de direito, justificadores da decisão judicial proferida. Precedentes. Doutrina.'

(HC 69.438/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

'- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal orienta-se no sentido de reconhecer a plena validade constitucional da motivação 'per relationem'. Em consequência, o acórdão do Tribunal, ao adotar os fundamentos de ordem fático-jurídica mencionados nas contra-razões recursais da Promotoria de Justiça - e ao invocá-los como expressa razão de decidir - revela-se fiel à exigência jurídico-constitucional de motivação que se impõe ao Poder Judiciário na formulação de seus atos decisórios. Precedentes.'

(HC 72.009/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)' (destaques do original)

11. Especificamente quanto às obscuridades e contradições alegadas, versando sobre questões relativas à autorização a ser expedida pela Agência Nacional de Petróleo, impossibilidade de se exigir do gestor previsibilidade acerca de eventuais discrepâncias entre o DFP e a PPU, bem como a distinção empresarial entre a TAG e a TUM, verifico tratar-se de rediscussão do mérito do processo.

12. Os elementos aduzidos na peça recursal pelo embargante denotam apenas a tentativa de obter um novo exame da matéria, o que é inviável por meio do recurso eleito.

12. Sobre o tema anterior, e conforme esclarecido nos itens 2. e 3. retro, os embargos, em regra, não se prestam à alteração do mérito das decisões combatidas, eis que têm por finalidade aclarar ou corrigir obscuridade, omissão ou contradição, consoante prescrevem os arts. 34, **caput**, da Lei nº 8.443/1992 e 287 do Regimento Interno/TCU.

13. Nessa linha, e tendo também em conta que a documentação recursal apresentada à guisa de embargos não é suficiente para ensejar seu acolhimento com efeitos infringentes, entendo pela sua rejeição.

Desse modo, VOTO no sentido de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 8 de dezembro de 2010.

AUGUSTO NARDES

Relator

